

Economia

Eles se rebelam contra a portaria da ministra Zélia Cardoso de Mello que eleva de 25% para 47% a amortização das dívidas externas vencidas este ano

Estados e municípios: esforço para não pagar.

Estados e municípios travam uma discreta (por enquanto) guerra de bastidores com o governo federal para que seja cumprido o que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1990, aprovada pelo Congresso no final do ano passado. Pela LDO, estados e municípios devem pagar apenas 25% de suas dívidas externas que vencem este ano e que têm o aval da União, podendo, rolar o restante (75%).

Não é o que deseja a equipe econômica. Argumentando que estados e municípios não tiveram cruzados novos retidos pelo plano econômico, a ministra Zélia Cardoso de Mello deseja que eles dêem uma boa contribuição para o enxugamento da liquidez do mercado. No dia 30 de abril, baixou a Portaria 222, elevando de 25% para 47% o pagamento que

estados e municípios devem fazer de suas dívidas externas este ano. E na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo exercício, que já está no Congresso, o governo federal determina que estados e municípios não poderão rolar as dívidas vencidas em 1991 que tiveram seu aval.

"Do ponto de vista legal, a

Portaria 222 é uma violação do que o Congresso estabeleceu", reclama o secretário estadual da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho. Ele calcula que a nova determinação obrigará o Estado a desembolsar mais US\$ 300 milhões, além dos US\$ 600 milhões previstos para serem pagos este ano. Machado lembra

que Estados e municípios programaram seus orçamentos e investimentos com base na LDO aprovada no ano passado. Mudar as regras no meio do caminho, afirma, implicaria reduzir o ritmo das obras e aumentar a recessão. Entre dívidas vencidas e a vencer, o Estado de São Paulo deve US\$ 8 bilhões (20% vencem em 1991).

No caso da Prefeitura de São Paulo, a dívida já vencida chega a US\$ 1,2 bilhão e, por ela, serão remetidos este ano ao governo federal US\$ 55 milhões entre juros e amortização. Por vencer, a dívida do município chega a US\$ 100 milhões (US\$20 milhões este ano). "Queremos isonomia com o governo federal, que não paga sua

dívida externa desde 1982", protesta o secretário municipal das Finanças de São Paulo, Amir Khair. O secretário tem esperanças de que seja votado logo o projeto do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), que suspende a portaria da ministra e libera dotações orçamentárias para a rolagem das dívidas estaduais e municipais.